

## DA COGNIÇÃO À VALORAÇÃO

Daniel Mateus O'CONNELL\*

**Resumo:** *Este artigo tem por objetivo principal partir de alguns pressupostos teóricos do conceito de leitura, principalmente no âmbito cognitivo, para apresentar, de forma inovadora, uma das variáveis envolvidas em seu processo: valoração. Ao interpretar ou escolher possibilidade de sentido de um texto, o leitor utiliza, também, o pensamento valorativo.*

**Palavras chave:** *cognição; valoração; leitura*

### Introdução

Embora no Brasil não haja pesquisa, até o nosso conhecimento, no campo do desenvolvimento valorativo, de acordo com Munsey (1980) e Krebs e Denton (2006), essa área tem sido algo de constante interesse nos últimos anos, tanto por parte da sociedade, quanto por parte da comunidade acadêmica. O seu caráter multidisciplinar e multifacetado se justifica pelos diversos campos que buscam compreender os vários fatores envolvidos no desenvolvimento valorativo dos seres humanos. Ciências como a Psicologia e a Filosofia, e campos como a religião e a educação estão, cada vez mais, envolvidos em pesquisas na área do desenvolvimento valorativo.

Como o foco deste artigo prima a leitura no contexto educacional, serão tratados, portanto, alguns conceitos de leitura para que posteriormente sejam apresentados aspectos presentes no nível valorativo do indivíduo leitor, postulados por Kohlberg (1969), que baseou-se em Piaget (1967) para estender seus estudos a esse respeito.

### Leitura: alguns conceitos

Ler envolve mais que movimentos óculocinéticos dos olhos. Ler envolve o cérebro transformando percepções, juntando-as em conceitos, conceitos em proposições, proposições em esquemas, esquemas em “Weltanschauungen”<sup>1</sup>.

Existem ainda mais variáveis ainda envolvidas no processo de leitura em segunda língua num contexto de sala de aula. Contextos sociais e culturais,

---

\* Mestrando do Programa de Mestrado em Linguística da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. e-mail: doconnell@prove.ufu.br

<sup>1</sup> Conhecimento do mundo.

conhecimento prévio, estilo lingüístico e o contexto onde a aprendizagem ocorre devem ser considerados.

Além disso, o processo de leitura engloba um número de estratégias subjacentes durante o seu procedimento. Dentre outros modelos que podem ser considerados, a leitura se caracteriza como um processo psicolingüístico<sup>2</sup> que inclui estratégias como, previsão, teste, experimento e confirmação. Um bom leitor sempre utiliza a estratégia de experimento (*sampling*) para buscar dicas no texto que construam significações concretas e associem ao seu conhecimento prévio (GOODMAN, 1965).

O desempenho da leitura envolve o reconhecimento de uma série de sistemas. Ler envolve o reconhecimento do sistema lexical, grafemático, sintático, semântico e pragmático de uma determinada língua na forma escrita. O sistema lexical interage com o sistema ortográfico e cristaliza todos os dados numa unidade lexical viável: “pata” e não “bata”. O sistema grafemático implica na diferenciação dos traços distintivos de cada letra e suas possíveis combinações silábicas. O sistema sintático coloca a palavra numa categoria gramatical específica. O sistema semântico ajuda a diferenciar em que acepção deve ser tomada uma determinada palavra num determinado contexto. Mais que isso, a leitura envolve reconhecer os esquemas ou fragmentos de mundo que permitem a interpretação dos sentidos proposicionais contidos nos parágrafos, páginas, capítulos, etc.

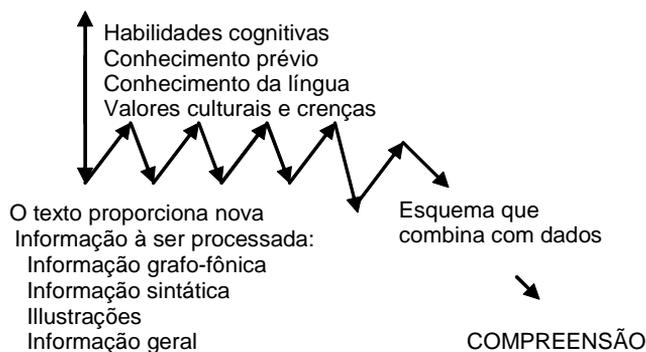
Segundo Jesus (2003, p. 231), a leitura se caracteriza como um processo cognitivo que “se inicia com fixações oculares sobre os grafemas dos itens lexicais de um texto, após o que acontece o reconhecimento das unidades lexicais na memória de longo prazo, combinando-as entre si e ancorando-as a esquemas, quadros, scripts ou generalizações maiores da realidade”. Nessa perspectiva, o processo de leitura descrito acima pode ser melhor visualizado no seguinte gráfico estabelecido por Goodman, Rumelhart, Smith *et al.* *apud* (Mikulecky, 1990 p.3)

---

<sup>2</sup> Modelo de leitura centrado no leitor.

### Modelo do Processo de Compreensão em Leitura

O leitor processa o texto baseado no esquema estabelecido:



1- Gráfico do Processo da leitura

Como é possível visualizar no diagrama, o leitor está representado na parte superior. À medida em que se lê um texto, localizado na parte inferior, o mesmo, imediatamente, compara a informação impressa com o que já tem internalizado - esquemas, quadros, scripts e generalizações. Esse conhecimento prévio, por sua vez, ativa expectativas sobre o conteúdo do texto. Tal processo subconsciente continua até que o leitor esteja satisfeito com a combinação do conteúdo do texto com seu conhecimento prévio, já estabelecido pela ativação da memória de longo prazo.

Extrapolando Smith (1991), Goodman (1967) e Perfetti (1985), ler é uma atividade de processamento cognitivo, onde a estrutura cognitiva inicialmente converte itens lexicais apresentados na forma simbólica visual/escrita, portanto visual, em itens lexicais apresentados na forma simbólica áudio-oral.

Feita essa conversão na alfabetização, o aprendiz faz equivalências entre sistema fonológico e sistema grafemático pelo que reconhece os itens lexicais e seus sentidos possíveis.

Após essa etapa, o processamento cognitivo avança para a elaboração (morfo)sintática. Nessa fase, o leitor já está de olho no mundo. Itens lexicais que compõem a sentença terão papéis sintático-semânticos diferenciados uns dos outros. Por exemplo, aquele marcado para ser agente, paciente, favorecido da ação verbal e indicado para caracterizar as circunstâncias.

Com base nesses pressupostos, pode-se ressaltar que, sem essa atribuição de papéis sintático-semânticos a língua não espelha o pensamento e por consequência a realidade do mundo, onde as coisas se apresentam como causa, efeito e circunstâncias. Por exemplo, *o menino deu bala à menina*. Ele age sobre a bala a favor da menina, isto é, ele é agente; a bala é paciente e a menina é a favorecida da ação do verbo. Nesse caso, a língua espelhou o que aconteceu no mundo.

Além de Smith (1991), Goodman (1967) e Perfetti (1985), dir-se-ia que os esquemas, que são fragmentos de mundo, servem para a escolha do sentido dos itens lexicais, mas eles podem ser superados ou enfraquecidos em sua força.

Nesse sentido, é possível compreender que o conteúdo e a referência de sentido destacada pelo leitor por meio da interpretação é uma tarefa idiossincrática, uma vez que isso depende de seu repertório experiencial, tanto acadêmico quanto mundano. É justamente a busca constante pelo sentido e significado do texto que direciona o leitor para uma tarefa hermenêutica, ou seja, o desdobramento e a decifração do sistema gráfico impresso no texto, levando em conta as circunstâncias e o tempo em que ele foi escrito.

### **Valoração e interpretação: algumas implicações**

Sendo assim, pode-se dizer que a interpretação está fortemente influenciada pela escolha do sentido, feita pelo leitor, já que o mesmo utiliza uma multiplicidade de significados ligados e ancorados à esquemas previamente internalizados no decorrer de sua experiência de vida. A interpretação representa, então, um processo bem refinado no campo da leitura. É justamente nessa fase que o leitor, já de posse de dados necessários, opta por utilizar sentidos que necessitam de pensamento lógico, quantitativo e também valorativo (KOHLBERG, 1969). Aqui, o leitor relaciona o tema fundamental do texto com informações importantes de sua posse e traça também ligações de grande importância para a compreensão acerca de um determinado tópico. Ao efetuar essas relações, o leitor necessita do pensamento valorativo, pois assim ele atribuirá maior, menor ou nenhum valor ao objeto, fato ou idéias focadas pelo texto.

Ao interpretar ou escolher possibilidade de sentido, o leitor utiliza não apenas o pensamento lógico e quantitativo, mas especialmente o pensamento valorativo. Entretanto, a ética, ou a ciência que trata dos valores, não é objeto de estudo neste momento. Pode-se dizer, entretanto, que o pensamento valorativo é uma atividade cognitiva que se desenvolve tal como o pensamento lógico. Jean Piaget (1967), ao tratar do desenvolvimento lógico, não excluiu a possibilidade de outros desenvolvimentos no processo do pensamento. Por exemplo, do pensamento valorativo, Kohlberg (1969;1976) é uma prova concreta desta possibilidade. Em seu trabalho, mostrou que no desenvolvimento do pensamento valorativo há três fases: 1 – valoração pré-convencional: nessa fase o indivíduo não tem critérios seguros para julgar os comportamentos sociais; 2 – valoração convencional: nessa fase o indivíduo julga os comportamentos sociais com critérios extremamente rígidos; 3 – valoração pós-convencional: nessa fase o indivíduo julga os comportamentos sociais com critérios que superam os anteriores e às vezes, à primeira vista, até contraditórios.

Especificar-se-á, logo abaixo, os três estágios do desenvolvimento valorativo e suas subdivisões, e, ainda as características principais de cada um, segundo Kohlberg (1969; 1976).

No estágio pré-convencional, o indivíduo apresenta uma certa receptividade referente à regras culturais e à rótulos e etiquetas que sinalizam o “bem” ou o “mal”, o “certo” ou o “incerto”. O indivíduo interpreta tais rótulos como conseqüências de ações físicas ou hedonistas (punição, recompensa, troca de favores), ou em termos do poder físico daqueles que enunciam as regras e os rótulos.

O estágio pré-convencional de valoração pode ainda ser dividido em duas etapas. A primeira delas se configura como sendo a de punição e obediência. Nessa etapa, as conseqüências físicas da ação determinam sua benevolência ou maldade, indiferentemente do significado humano ou valor dessas conseqüências. A abstenção da punição e deferência inquestionável ao poder são valorizados por si só, e não em termos de respeito por um sistema básico de valoração, mantido por punições e autoridade. Já a segunda etapa do estágio pré-convencional pode ser compreendida como uma orientação relativista instrumental. Nessa etapa, a ação “certa” consiste naquela que instrumentalmente satisfaz as próprias necessidades do indivíduo e ocasionalmente as necessidades de outros indivíduos. As relações humanas são vistas semelhantemente às relações comerciais. Elementos como justiça, reciprocidade e divisão honesta são características básicas, porém sempre interpretadas de uma maneira física e pragmática.

No segundo estágio de valoração, valoração convencional, as perspectivas familiares do indivíduo, grupo ou nação são sustentadas. Tal fato é compreendido como valioso por si só, indiferentemente das conseqüências óbvias ou imediatas. A postura, aqui, não é somente de conformidade às perspectivas pessoais e à ordem social, mas de lealdade a ela. Mais ainda, existe uma necessidade de manter, sustentar e justificar ativamente a ordem, e identificá-la com as pessoas ou grupo envolvidos nesse contexto.

Este estágio se subdivide em duas etapas, sendo a primeira delas a concordância interpessoal e a segunda a orientação de lei e ordem. Na primeira etapa, o bom comportamento é aquele que agrada ou ajuda as pessoas e é aprovado por elas. Existe, nessa etapa, pontos de vistas similares em relação a imagens estereotipadas do que vem a ser comportamento natural. O comportamento é freqüentemente julgado pela intenção. Na segunda etapa, existe uma orientação em relação a autoridade, regras fixas e a sustentação da ordem social. O comportamento adequado consiste basicamente no cumprimento do dever, mostrando respeito pela autoridade e mantendo a ordem social pelo seu próprio bem.

A valoração, por fim, caracteriza-se como um estágio pós-convencional ou autônomo. Nesse estágio, existe um esforço evidente na tentativa de definir valores e princípios que tenham validade e aplicação, independentemente da autoridade dos grupos ou pessoas detentoras desses princípios e da identificação do próprio indivíduo com esses grupos.

A primeira etapa deste estágio é classificada como orientação social-contratual legal. Essa etapa geralmente apresenta uma multiplicidade de tons. A ação correta tende a ser definida em termos de direitos individuais gerais e

em termos de padrões que tenham sido criticamente examinados e aprovados por toda sociedade. Há uma consciência clara do relativismo de valores e opiniões pessoais e uma ênfase correspondente nas regras processuais para obtenção de consenso. À parte do que seja constitucionalmente ou democraticamente estabelecido, o direito é uma questão de valores pessoais e opiniões. O resultado é um foco sob o ponto de vista legal, mas com uma ênfase na possibilidade de modificar a lei em virtude de considerações racionais de utilidade social, ao contrário da segunda etapa do estágio convencional que considera a lei como algo absoluto.

A segunda etapa do estágio pós-convencional envolve a orientação de princípios éticos universais. O direito é definido pela decisão da consciência, de acordo com princípios éticos próprios recorrendo à compreensão lógica, a universalidade e a consistência. Esses princípios são abstratos e éticos, não sendo, assim, valores concretos como, por exemplo, os dez mandamentos. No fundo, esses são os princípios universais de justiça, reciprocidade, igualdade dos direitos humanos e respeito à dignidade dos seres humanos como pessoas individuais.

Ainda mais, pode-se dizer que há três sistemas de pensamento, a saber: pensamento lógico, pensamento calculativo e pensamento valorativo. Com o pensamento lógico, o indivíduo compara semelhanças e diferenças entre conjuntos conceituais e proposicionais. Já no pensamento calculativo, o indivíduo estabelece relações entre os conjuntos numéricos. Finalmente, com o pensamento valorativo, o indivíduo além de ser lógico e calculativo, faz ajustes nas relações dos conjuntos, não raras vezes extrapolando os paradigmas convencionais.

Kohlberg (1969) acreditava que o pensamento valorativo se desenvolve com a idade de acordo com os seguintes estágios:

#### **Quadro 1: Níveis de valoração**

---

Nível 1:	Valoração Pré-Convencional
Estágio 1:	Orientação à punição (Obedece a regras para evitar punição)
Estágio 2:	Orientação à recompensa (Conforma-se para obter recompensas, para receber favores em troca)
Nível 2:	Valoração Convencional
Estágio 3:	Orientação ao bom menino/à boa menina (Conforma-se para evitar desaprovação dos outros)
Estágio 4:	Orientação à autoridade (Apóia leis e regras sociais para evitar censura de autoridades e sentimentos de culpa por “não cumprir com suas obrigações”)
Nível 3:	Valoração Pós-Convencional
Estágio 5:	Orientação ao contrato social (Ações guiadas por princípios de aceitação comum como essenciais para o bem-estar público; princípios sustentados para manter o respeito dos pares e, conseqüentemente, o auto-respeito.
Estágio 6:	Orientação ao princípio ético (Ações guiadas por princípios éticos de escolha própria, os quais geralmente valorizam a justiça, a dignidade e a igualdade; os princípios são sustentados para evitar auto-reprovação.

---

É importante esclarecer, nesse momento, que os estágios propostos por Kohlberg (1969) não são seqüenciais e estão sujeitos a mudanças, assim como os estágios cognitivos estabelecidos por Piaget (1967). No geral, Piaget acreditava que todas as crianças estivessem no nível valorativo pré-convencional até os dez anos de idade. Quando elas começam a avaliar as ações em termos das opiniões de outras pessoas, se encontram no nível valorativo convencional. A maioria dos jovens têm a capacidade de raciocinar neste nível, na idade de treze anos. O nível valorativo pós-convencional só é atingido quando o indivíduo se encontra no estágio operatório-formal<sup>3</sup>, estabelecido por Piaget. Nesse nível o adolescente é capaz de adquirir um tipo de pensamento mais abstrato. O estágio mais alto dentro do nível valorativo pós-convencional requer a capacidade de formular princípios éticos abstratos e sustentá-los para evitar auto-reprovação.

No decorrer de suas pesquisas sobre o julgamento valorativo, Kohlberg constatou que somente uma minoria dos participantes (10%) chegava ou demonstrava o tipo de pensamento com claros princípios éticos do último estágio. Por isso, antes de morrer eliminou o estágio seis de sua teoria, deixando como último estágio aquele que prima a justiça e o respeito pelo bem-estar público. Às vezes, esse estágio é chamado de raciocínio de princípios valorativos elevados. Deve-se notar, entretanto, que apenas um indivíduo justificaria a manutenção do estágio.

### **Considerações finais**

Admitidos os estágios de desenvolvimento cognitivo-valorativo, não é difícil imaginar que há diferenças nas atividades de cada um deles. Um pré-convencional faz girar o mundo a seu redor e normalmente age influenciado pela autoridade que o observa. Sem ela presente, seu agir é diferente. Já um convencional se limita aos parâmetros da norma e da legalidade. Mas um pós-convencional extrapola os limites convencionais da norma e pode pensar exclusivamente na justiça. Algo pode não ser legal, mas ser justo. Pode também ser legal e injusto. Tudo isso é refletido na leitura, ou mais precisamente, na interpretação. Mahatma Gandhi, por exemplo, encaixa neste último parâmetro; no geral, um juiz de direito encaixa no segundo. Finalmente, no primeiro nível encaixa-se o militar. Sua tendência é obedecer a comandos, sem questioná-los e muitas vezes sob a força do medo.

Como se pode notar, a interpretação do sentido de um texto que trate de valores é mais complexa e interessante do que pode imaginar a teoria da leitura atual. A interpretação cruza com o nível de desenvolvimento da capacidade de valoração do leitor levando em consideração também a sua competência crítica de leitura.

---

<sup>3</sup> Estágio em que as crianças se encontram, em média, de onze ou mais anos de idade. Nesse estágio a criança é capaz de pensar logicamente sobre objetos e eventos.

Em outros termos, a interpretação, quando ligada a valorações, pode ser função do nível cognitivo-valorativo do leitor. As estruturas de pensamento valorativo de um criminoso, de um legalista e de um benfeitor social fazem que eles vejam a mesma realidade sob perspectivas muito diferentes.

A mesma estrutura cognitiva que julga e escolhe também interpreta.

## O'CONNELL, D. FROM COGNITION TO APPRAISAL

**Abstract:** *As a starting point, this article focuses mainly on presenting some theoretical assumptions regarding some of the existing reading models, principally cognitive ones. This is done in an innovating way in order to present one of the many variables in the process of reading: appraisal. When interpreting or choosing a possibility of meaning in a text, the reader's sense of appraisal is also involved.*

**Keywords:** *Cognition; appraisal; reading*

## Referências bibliográficas

GOODMAN, K. A Linguistic study of cues and miscues. In: **Reading. Elementary English**, 42, 1965, p. 639-643.

\_\_\_\_\_. Reading: a psycholinguistic game. In: **Journal of the Reading Specialist**. v. 16, p.126-135, 1967

JESUS, O. F. Leitura e Cognição. In: FIGUEIREDO, C. *et al*, (Orgs.) **Lingua(gem): reflexões e perspectivas**. Uberlândia, EDUFU, 2003, p. 231-254.

KOHLBERG, L. A Cognitive-developmental Analysis of Children's Sexrole Concepts and Attitudes. In: MACCOBY, E. E. (Ed). **The Development of Sex Differences**. Stanford, CA., Stanford University Press, p. 82-173.

KREBS, Dennis L.; DENTON, Kathy. **Explanatory Limitations of Cognitive-Developmental Approaches to Morality**. Psychological Review, Washington, DC, v.113, n.3, p.672-675, Jul. 2006. Resumo disponível em:<<http://www.eric.ed.gov>> Acesso em 30 Abr. 2007

MIKULECKY, Beatrice S. **A short course in teaching reading skills**. Addison – Wesley Publishing Company, 1990, p. 01-11.

MUNSEY, B. (Ed.) **Moral development, moral Education, and Kohlberg.** Birmingham, Alabama, Religious Education Press, 1980. 478 p.

PERFETTI, C. A. **Reading Ability.** New York, Oxford University Press, 1985. 282 p.

PIAGET, J. **A Psicologia Cognitiva.** Trad. João Paisana. Lisboa: Livros Horizonte, 1967.

SMITH, F. **Compreendendo a Leitura.** Trad. Daise Batista. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991. 423 p.